UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76
Recredenciamento pelo Decreto nº17.228 de 25/11/2016
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2021

ANÁLISE DO PERFIL DOS ESTUDANTES INDÍGENAS DO BRASIL NO EXAME NACIONAL DE DESEMPENHO DOS ESTUDANTES

Taís do Nascimento Lima[1]; Sheila Regina dos Santos Pereira[2]
1. Bolsista PIBIC/UEFS, Graduanda Bacharelado em Economia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: taisnlimaa@gmail.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: srspereira@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Indígenas; Política de ações afirmativas; Enade.

INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos principais desafios do sistema educacional brasileiro é a democratização do acesso ao Ensino Superior a toda a população e a garantia da qualidade do mesmo, pricipalmente para a população com maior vulnerabilidade social e econômcia, a exemplo dos negros, indígenas e quilombolas. Na perspectiva de diminuição das desigualdades educacionais no âmbito da educação superior, as políticas de ações afirmativas (PAA), configuram-se como um conjunto de ações que possibilitam o acesso e permanência dessa população, com "[...]com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional [...]" tendo como garantia aos bens básicos, como educação, saúde, emprego, seguranças, condições adequadas de moradia, dentre outras (GOMES, 2005, p.55).

No Brasil, o caráter seletivo, característico do sistema de ensino, atinge, sobretudo, os negros que estão nas camadas populares e sofrem com o preconceito, a baixa qualidade da educação ofertada pelas escolas públicas e a marginalização. Pode-se observar a mesma desigualdade social em relação a população indígena. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, os indígenas representavam 0,4% da população brasileira e a taxa de alfabetização de 32,2% dos indígenas com 15 anos ou mais está muito abaixo da taxa nacional que é de 94,9% (IBGE, 2010).

Um estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostrou que o número de indígenas ingressantes no ensino superior cresceu cerca de 52,5% e o de concluintes 32,2% entre os anos de 2015 e 2016 (INEP, 2019). Uma possível explicação para o aumento de indígenas nas universidades é a implementação das políticas de ações afirmativas. Segundo Bergamaschi e Kurroschi (2013), em 2013, existiam 72 universidades entre federais e estaduais que instituíram alguma modalidade de acesso aos seus cursos de graduação para a população indígena. Outro fato importante, é o aumento no número de universidades que oferecem curso de licenciatura Interculturais para formação de professores, a criação de bacharelados específicos com foco no estudo do povo indígenas e a implementação das políticas de cotas, com a Lei 12.711 de 2012 com reserva de vagas nas instituições de ensino superior

públicas federais considerando as condições socioeconômicas, origem escolar e cor/raça (negros, indígenas e quilombolas) (BRASIL, 2012).

Neste contexto, é importante priorizar pesquisas que compreendam como tem ocorrido o acesso dos indígenas às universidades públicas, bem como, traçar o perfil acadêmicos evidenciado as áreas do conhecimento que esses estudantes estão inseridos nos cursos de graduação. Para tal, é necessário a disponibilização de informações que possibilite o estudo mais detalhados dessa população e seus resultados sirvam para a implementação de ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência dos indígenas no ensino superior. Assim, este trabalho tem como objetivo "descrever o perfil dos estudantes indígenas submetidos ao Enade no Brasil, no período de 2014 a 2019".

METODOLOGIA

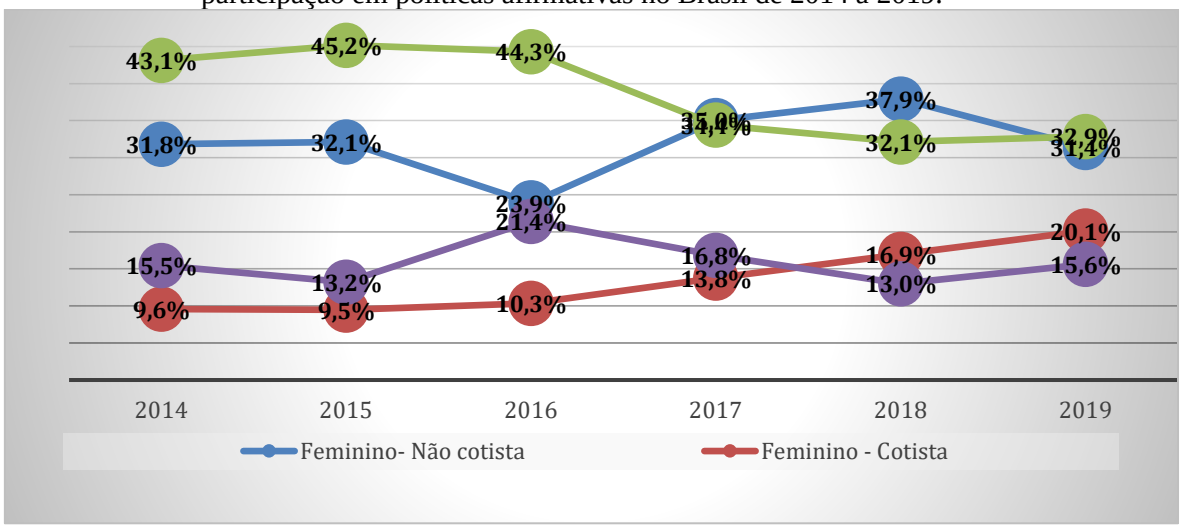
Trata-se de um estudo de corte transversal e descritivo, em que se caracteriza pela análise de dados quantitativos e secundários, produzidos pelo Ministério da Educação na avaliação de cursos de graduação brasileiros. A base de dados utilizada refere-se às informações contidas no Questionário do Estudante, no período de 2014 a 2019, disponibilizados no site oficial do Inep. Composto de 65 questões referentes à situação econômica, vivência acadêmica, avaliação das contribuições dos professores e do curso de graduação na formação acadêmica do estudante, além da avaliação da Instituição de Ensino Superior (INEP, 2014). As variáveis utilizadas neste estudo foram: curso, sexo, cotas, escolaridade da mãe e do pai, área, tipo de instituição e tipo de escola que curso o Ensino Médio. A análise estatística realizada inicialmente para conhecimento das bases e para a análise estatística descritiva com o objetivo de explorar as informações oriundas dos perfis dos estudantes indígenas referentes as suas caraterísticas socioeconômicas, demográficas e acadêmicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista o acesso ao Ensino Superior no Brasil, as políticas afirmativas, as realidades política, econômica, social e cultural na qual os indivíduos estão inseridos, busca-se analisar a participação dos povos indígenas na educação superior. No geral, nota-se que 66,7% dos concluintes indígenas estão nas universidades particulares e 33,3% em instituições públicas, sendo que apenas 2,8% e 0,7% concluíram a graduação em cursos à distância nas IES particulares e públicas, respectivamente. Dos estudantes indígenas que adentraram ao Ensino Superior por meio das políticas de ações afirmativas, nas instituições privadas 75,6% não são cotistas e 24,4% cotistas e no sistema público, 65,9% são não cotistas e 34,1% são cotistas. Esses resultados corroboram com os dados do INEP (2018), em que os estudantes indígenas estão em maior proporção nas IES particulares (75,0%) quando comparados com as públicas (25,0%), sendo cerca de 71,0% dos indígenas não possuem nenhum tipo de financiamento e nem bolsas de estudos.

Em relação ao sexo, 53,7% dos indígenas nas IES públicas são do sexo masculino e 46,3% feminino, nas instituições privadas nota-se também maior participação masculina com 55,6% e feminina com 44,4%. As mulheres estão mais presentes nas instituições públicas do que particulares. No gráfico 1, pode-se observar que, apesar dos indígenas não cotistas representarem a maioria dos concluintes, percebe-se uma leve tendência crescente no percentual de concluintes cotistas, principalmente entre as mulheres.

Gráfico 1- Distribuição percentual dos estudante indígenas concluintes segundo o sexo e participação em políticas afirmativas no Brasil de 2014 a 2019.

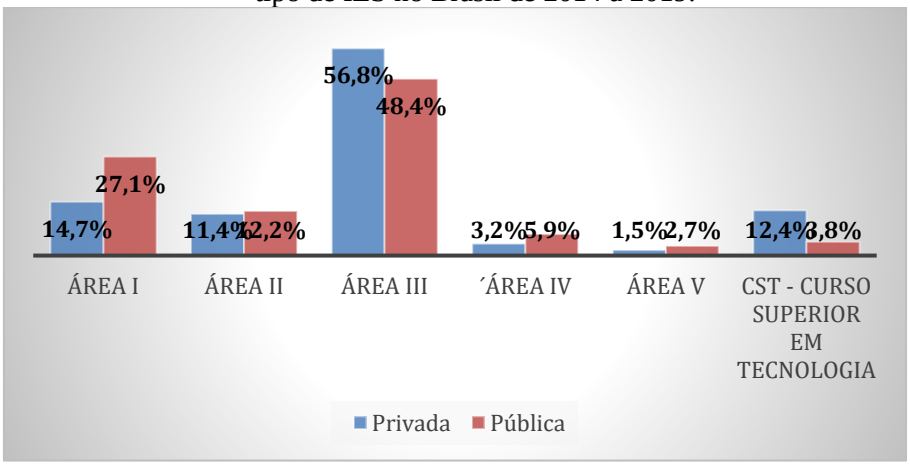


Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com as informações disponibilizadas pelo INEP.

No geral, um pouco mais de 55,5% dos indígenas estão na faixa etária entre 20 e 30 anos e mais de 60% são solteiros (as) e cerca de 75% cursaram o Ensino Médio em escolas públicas. Ao observar as regiões em que se encontram a maior parte dos estudantes indígenas, nas IES públicas, 30,6% estão localizados na Região Sudeste, 30,3% na Região Nordeste, 19,9% no Norte, 10,6%, Região Sul e 8,7% no Centro- Oeste. Nas IES privadas, 42,3% estão no Sudeste, 22,0% Nordeste, 15,3 Sul, 11,1% no Norte e 9,3% no Centro-Oeste.

Comparando a renda familiar dos estudantes indígenas, 61,7% dos que estão nas IES públicas e 55,6% nas privadas têm renda de até três salários mínimos. Ademais os cotistas (70,6%) são os que possuem as menores renda familiar. Dessa forma, nota-se, ao passo que a renda familiar aumenta a participação dos indígenas nas IES privadas também aumenta. Em relação a escolaridade dos pais, observa-se que no geral, cerca de 50,0% dos indígenas têm pais com até o Ensino Fundamental. Entre os cotistas, 63,6 % e 56,0% tem pai e mãe com até o Ensino Fundamental, respectivamente. Vale salientar que 21,0% dos não cotistas e 14,6% dos cotistas tem mães com nível superior ou pós-graduação.

Gráfico 2- Distribuição percentual dos estudante indígenas concluintes a áreas de atuação e o tipo de IES no Brasil de 2014 a 2019.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com as informações disponibilizadas pelo INEP.

No gráfico 2, observa-se maior participação dos estudantes indígenas na área III, na qual estão os cursos voltados as ciências humanas. Nesse contexto, 56,8% destes estudantes estão nas IES privadas nos cursos de Direito (12,4%), Pedagogia (10,9%), Administração (9,9%) e Educação Física (6,1%). Enquanto que 48,4% dos indígenas que estão nas IES públicas, nos cursos de Pedagogia (16,4%), Educação Física (5,8%), História (5,4%) e Direito (4,0%). Resultados semelhante foram encontrados para os estudantes cotistas. Em relação área I, 27,1% estão nas IES públicas nos cursos de Engenharia Civil (4,7 %), Geografia (3,1%) Matemática (3,4%), Arquitetura e Urbanismo (3,2%) e Engenharia de produção (2,0%). 14,7% estão nas IES privadas nos cursos de Engenharia Civil (2,7%), Arquitetura e Urbanismo (1,8%) e Engenharia de produção (1,7%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os indígenas concluintes que fizeram o Enade nos anos de 2014 a 2019, estão mais presentes nas IES privada. O percentual de estudantes cotistas nas IES públicas é superior aos indígenas das IES privadas. No geral, no ensino superior há uma predominância de mulheres graduadas, no entanto quando se observa a população indígena os homens estão se graduando em maior proporção do que as mulheres. Um resultado preocupante é que mais de 80% dos indígenas não receberam nenhum auxilio permanência para custear suas despesas durante a graduação.

Um dos maiores desafios dos indígenas ao ingressarem no Ensino Superior nas IES públicas é em relação ao processo seletivo, a localização dos campus e as políticas de permanência. Os conteúdos cobrados nos processos seletivos não representam o cotidiano vivenciado pelos indígenas e aumenta o hiato entre os indígenas e universidades públicas. Diante do exposto, a opção mais acessível a esses estudantes é o Ensino Superior privado, que na maioria das vezes tem polos próximos as aldeias indígenas. A ampliação das políticas públicas no Ensino Superior para o estudante cotistas é de fundamental importância para ampliar o acesso e garantir a permanência desses estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 12.711.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 de ago. 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 23 out. 2021.

GOMES, Joaquim Barbosa B. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. *In:* SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas.** Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. p. 47 – 82.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Educação e Deslocamento. Resultados da Amostra. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em:ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Educacao_e_Desocamento/pdf/tab_educacao.pdf. Acesso em: 15 jun. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse do censo da educação superior 2018**. Notas estatística. Brasília – DF: Inep/MEC, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Microdados do ENADE. Manual do Usuário**. Brasília: IBGE, 2014.